



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

**São Paulo, 11 de dezembro de 2014**

**Discurso do Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, na Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF)**

Senhoras e senhores,

É com grande satisfação que nos reunimos mais uma vez nesse tradicional evento anual promovido pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) e pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban). É um evento de confraternização, mas também uma ótima oportunidade para olharmos para frente; para as perspectivas do ano que se aproxima – 2015.

Senhoras e senhores,

A solidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional (SFN) representam um importante diferencial da economia brasileira. Temos um Sistema com ampla liquidez, bem provisionado e com níveis adequados de capital. Isso traz benefícios diretos e indiretos para o País como, por exemplo, menores custos de captação, boa reputação, nível elevado de segurança e facilitação de negócios e transações.

A regulação e a supervisão do sistema financeiro brasileiro foram, recentemente, avaliadas pelos principais organismos multilaterais, e as nossas regras e práticas estão aderentes aos padrões internacionais.

No entanto, o nosso diferencial não vem apenas da simples aderência ao padrão internacional. O Brasil, há muito tempo, já adota regulação e supervisão mais rigorosos, o que nos permitiu desenvolver o nosso mercado de crédito com segurança, sintetizado na evolução da relação crédito / produto interno bruto (PIB), que aumentou de 25% para 57% nos últimos dez anos.

O Banco Central supervisiona os mercados e todos os bancos, sejam públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, com igual atenção, para certificar-se de que a concessão de crédito e a assunção de outros riscos dá-se de forma prudente com benefícios para toda a economia.

As avaliações foram realizadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, no âmbito do Financial Sector Assessment Program (FSAP), e pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS), no âmbito do Regulatory Consistency Assessment Programme (RCAP).

E quando é preciso atuamos para mitigar potenciais riscos. Foi isso que fizemos em 2011, conseguindo moderar e suavizar o crescimento da concessão de crédito, quando a sua dinâmica assim o exigia. E essa ação tempestiva contribuiu para reduzir o nível de inadimplência que observamos nos últimos anos, mesmo quando a economia entrou num período menos favorável.

O certo é que o trabalho, no campo da estabilidade, não se esgota, seja por conta de eventos e decisões fora das nossas fronteiras, seja pelos desafios que enfrentamos em nossa própria economia.

Mas um sistema financeiro sólido e eficiente, e uma boa regulação e supervisão, são elementos indispensáveis para pavimentar um ambiente de estabilidade econômica.

No entanto, para retomarmos o ciclo virtuoso, precisamos enfrentar os desafios.

Hoje eu gostaria de destacar três desses desafios, que não são novos, mas que em relação aos quais temos ainda uma ampla avenida a percorrer.

O primeiro é a consolidação do processo de inclusão financeira. Nos últimos anos promovemos importantes avanços, aumentando a capilaridade do sistema e agregando mais de 40 milhões de novos usuários. O desafio agora é qualificar esse processo; ampliar e melhorar o leque de produtos e serviços que são ofertados a esses novos usuários; e torná-los ainda mais eficazes, eficientes e ao menor custo possível. Precisamos desenvolver novos produtos e principalmente fomentar o hábito de poupar. Precisamos também aperfeiçoar a parceria público-privada em prol da educação financeira e, de forma mais abrangente, continuar avançando, com segurança, na introdução de novas tecnologias de acesso e facilitação das transações financeiras.

O segundo desafio é ampliar o financiamento às pequenas e médias empresas. Como todos sabem, esse é um segmento de vital importância para economia de qualquer país, seja pelo potencial de geração de empregos, mas também pelo potencial que pode desempenhar de forma complementar nas importantes cadeias de produção. E o crédito é peça essencial para o desenvolvimento desse segmento, principalmente as linhas de capital de giro. Não há dúvida que nos últimos anos observamos avanços importantes; mas ainda estamos muito longe do que podemos considerar como ideal.

O terceiro desafio é integrar ainda mais o sistema financeiro ao mercado de capitais em prol da ampliação do financiamento ao investimento produtivo de médio e longo prazos. A retomada do crescimento sustentável no Brasil nos próximos anos depende da recuperação do investimento privado, sendo o acesso a recursos com custo e maturação adequados peça essencial para essa engrenagem funcionar.

Como mencionei há pouco, não são desafios novos. Mas são desafios que permanecem presentes, e que precisamos enfrentá-los para que o Sistema Financeiro Nacional cumpra na plenitude o seu papel no desenvolvimento econômico do país.

O motivo que me faz trazer esses desafios é a oportunidade que temos hoje para fortalecer a agenda de reformas microeconômicas em prol da melhoria do ambiente de negócios. Essa é uma agenda que precisamos trabalhar em conjunto – setor público, sistema financeiro e o setor privado, em geral.

Senhoras e senhores,

Na sequência, gostaria de contextualizar alguns aspectos macroeconômicos do atual cenário mundial e doméstico, bem como do cenário prospectivo.

Embora a situação da economia internacional continue complexa, ela tende, no horizonte relevante para a política monetária, a favorecer o processo de retomada da atividade no Brasil e de convergência da nossa inflação para o centro da meta.

Uma parte da complexidade reside na coexistência do desempenho positivo dos Estados Unidos com as persistentes dificuldades de outras economias sistematicamente importantes, como Europa, Japão e a própria China. Outra parte da complexidade vem da tendência atual de baixa acentuada do preço do petróleo, que apesar do potencial impacto positivo sobre o nível de atividade global e sobre as pressões inflacionárias para um grupo importante de economias emergentes, pode, simultaneamente, acentuar o risco de deflação em algumas economias avançadas importantes.

O desempenho das principais áreas econômicas será determinado pela capacidade dos países enfrentarem os desafios domésticos e externos. Nos Estados Unidos, espera-se a continuidade do bom gerenciamento do processo de normalização da política monetária, mantendo expectativas bem ancoradas e evitando sobressaltos. Na Europa e no Japão, espera-se a realização de reformas estruturais e a adoção de políticas que permitam vencer o ambiente de estagnação econômica. Na China, espera-se a sustentação da transição para um modelo de crescimento baseado no consumo doméstico, evitando a desaceleração abrupta. E nos países emergentes, em geral, espera-se o reforço e a manutenção da estabilidade macroeconômica e financeira, durante o processo de normalização monetária nos Estados Unidos.

Nesse ambiente, o declínio dos preços internacionais de produtos importantes da pauta de exportação brasileira tem contribuído para a redução do superávit comercial e manutenção do déficit em transações correntes em nível superior a 3,5% do PIB, como ocorrido em 2013.

No entanto, esse déficit, reflexo também da necessária complementação da poupança externa à poupança doméstica, tem sido mais que integralmente financiado pelos investimentos estrangeiros direcionados ao país, em especial os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), que permanecem ingressando em montante significativo, acima dos US\$60 bilhões por ano, e de forma disseminada entre os diversos setores da economia brasileira.

As perspectivas para o setor externo em 2015 são favoráveis e se sustentam na expectativa de maior crescimento global, na depreciação observada do Real e na ampliação da produção interna de petróleo, fatores que devem contribuir para o melhor desempenho da balança comercial em 2015. No próximo ano, o balanço de pagamentos brasileiro permanecerá integralmente financiado pelos fluxos de capitais de longo prazo, principalmente IED.

Em relação à atividade econômica doméstica, espera-se recuperação gradual, com a melhora progressiva dos níveis de confiança dos consumidores e

empresários. Devo destacar que, a despeito do crescimento modesto esperado para 2014 e 2015, a perspectiva é de que ocorram mudanças na composição da demanda e da oferta agregadas que favoreçam o crescimento potencial.

O mercado de crédito, por sua vez, segue evoluindo em ritmo compatível com o nível de atividade econômica, sustentado por um sistema financeiro sólido, bem capitalizado e com índices de inadimplência historicamente reduzidos. Nesses últimos anos, temos observado expansão moderada do crédito, após uma década de crescimento acentuado, impulsionado pela ascensão social de parcela expressiva da população, pelo processo de inclusão financeira e pelos avanços no mercado de trabalho.

Senhoras e senhores,

Neste ponto, gostaria de fazer algumas considerações em relação à missão do Banco Central do Brasil de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda, por meio do controle da inflação.

Numa análise retrospectiva, destaco que o Banco Central manteve a inflação sob controle nos últimos anos, em que pese alguns “ventos” contrários. A título de ilustração, mencionaria, de um lado, uma conjuntura internacional das mais complexas numa perspectiva histórica, reflexo da crise que emergiu em 2008 e da recidiva verificada em 2011. De outro, a ocorrência de choques de preços desfavoráveis no âmbito doméstico, a exemplo dos decorrentes de condições climáticas das mais adversas, também numa perspectiva histórica.

Olhando adiante, que do ponto de vista da política monetária me refiro aos próximos anos, o Banco Central, neste momento, trabalha para fazer com que a inflação retome o mais rápido possível à trajetória de convergência para a meta de 4,5% ao ano. O horizonte de convergência com o qual trabalhamos se estende até o final de 2016. Embora o esforço ora empreendido pelo Banco Central tenha como foco a trajetória da inflação nos próximos dois anos, não se pode perder de vista que os ganhos decorrentes da esperada convergência da inflação para a trajetória de metas, como disse, em 2016, estender-se-ão por vários anos, podendo, inclusive, ter caráter de permanência.

Conforme as mensagens constantes da Ata da última reunião do Copom, casualmente divulgada no dia de hoje, o Banco Central entende que, antes de retomar a trajetória de convergência para a meta, mais precisamente, durante o ano de 2015, a inflação acumulada em doze meses tende a permanecer elevada, em parte, devido à ocorrência de dois importantes processos de ajuste de preços relativos presentes na economia brasileira, a saber: (1) o realinhamento dos preços domésticos em relação aos preços internacionais e (2) o realinhamento dos preços administrados em relação aos preços livres da economia.

Recentemente, nós no Banco Central, verificamos a intensificação dos ajustes de preços relativos – depreciação nominal do Real e ajustes em preços administrados – e avaliamos que esses desenvolvimentos tornavam o balanço de riscos para a inflação menos favorável. Por conseguinte, entendo que não

deveria ser tomado como surpresa, nos próximos meses, um cenário que contempla inflação acima dos níveis em que atualmente se encontra. Independentemente disso, entretanto, estou convencido de que, após um curto interregno possivelmente em elevação, a inflação em doze meses iniciará um longo período de declínio, que vai culminar com o atingimento da meta de 4,5% ao ano.

Diversos fatores apoiam esse meu entendimento a respeito da trajetória futura da inflação. O mais importante deles, naturalmente, são os efeitos cumulativos e defasados das ações de política monetária adotadas pelo Banco Central. Essa força preponderante tende a ser complementada por forças auxiliares, como uma política fiscal contida e iniciativas no sentido de moderar concessões de subsídios por intermédio de operações de crédito.

Diante desse quadro, quero ratificar que o Banco Central fará o que for necessário para viabilizar um cenário de inflação mais benigno no período de 2015-2016, horizonte relevante para a política monetária neste momento, cujos benefícios, como disse anteriormente, deverão extrapolar esse período de dois anos.

Senhoras e senhores,

Encerro o meu pronunciamento de hoje agradecendo mais uma vez o convite e desejando a todos boas festas e feliz 2015.

Muito obrigado.